

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PRODAM – PROCESSAMENTO  
DE DADOS AMAZONAS S.A,**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025**

**CONECTA CONSULTORIA EM BENEFÍCIOS E CORRETORA  
DE SEGUROS LTDA**, inscrita no CNPJ nº.: 46.339.550/0001-30, vem, perante  
Vossa Senhoria, por intermédio de sua representante que esta subscreve,  
apresentar, com fundamento no item 4 Edital em epígrafe apresentar

### **IMPUGNAÇÃO**

*contra os termos do edital em epígrafe, que tem como objeto: “Contratação de  
pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência à Saúde, por  
intermédio de Plano de Assistência Médica ou de Seguro Saúde Coletivo  
Empresarial ou Administradora de Plano de Saúde, desde que devidamente  
registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com cobertura  
assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e  
tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, centro de terapia intensiva,  
ou similar, quando necessária à internação hospitalar, das doenças listadas na  
Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados  
com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, respeitadas as exigências  
mínimas estabelecidas para atendimento de exames complementares e  
serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, na modalidade coletivo-empresarial*

*sem coparticipação, aos colaboradores da PRODAM S.A e aos seus dependentes legais, conforme legislação vigente, estimados em número de 835 (oitocentos e trinta e cinco) beneficiários, de abrangência local ou nacional, com acomodação em enfermaria ou apartamento, sendo à livre escolha e custo do beneficiário o tipo de abrangência e acomodação, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, e com a Resolução Normativa RN nº 465/2021 da ANS, bem como seus anexos e alterações, e com as Resoluções Normativas RN nº 259/2011 – ANS, RN nº 469/2021 - ANS, RN nº 473/2021 – ANS, RN nº 478/2022 – ANS, RN nº 480/2022 – ANS e RN nº 536/2022 – ANS, além de outras pertinentes, durante a vigência do CONTRATO/APÓLICE, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, constante do Anexo I, deste Instrumento convocatório.”, conforme razões a seguir expostas.*

## **I – DA TEMPESTIVIDADE E DA FORMA DE IMPUGNAÇÃO**

Conforme previsto no item 4 do Edital em epígrafe, o presente Edital poderá ser impugnado até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para a abertura das propostas, por meio do e-mail [licitacoes@prodam.am.gov.br](mailto:licitacoes@prodam.am.gov.br). Assim, o referido certame está agendado para o dia 30/04/2024, poderá ser impugnado até o dia 24/04/2025, sendo, portanto, tempestiva a impugnação enviada até essa data, desde que enviada por meio do e-mail supracitado.

## **II – DOS FATOS**

### **II.1) Dos planos a serem apresentados**

De acordo com o item 15 do Termo de Referência que trata da composição de preços, a operadora/administradora deverá apresentar quatro modalidades de planos: Plano Enfermaria Nacional + Local e Plano Apartamento Enfermaria + Local, o que é ratificado na fórmula para composição do preço:

*PREÇO GLOBAL DO CONTRATO/APÓLICE: 12 X (PREÇO MENSAL PARA ENFERMARIA NACIONAL E LOCAL + PREÇO MENSAL PARA APARTAMENTO NACIONAL E LOCAL)/2.*

Ocorre que, conforme disposto no art.2º do Estatuto da referida empresa sua sede está em Manaus/AM e, conseqüentemente, seus empregados residem no respectivo município e cidades limítrofes, o que não justifica a exigência da obrigatoriedade de planos nacionais, já que isso iria apenas onerar os serviços em contratação e restringir a competitividade do certame, já que em Manaus são poucas empresas que operam com planos de saúde de abrangência nacional.

Assim, impor a obrigatoriedade de apresentação de produtos nacionais, embora possa parecer uma exigência alinhada com políticas de incentivo e valorização dos empregados, não se justifica no contexto específico do certame, dado que todos os beneficiários da PRODAM são residentes no Estado do Amazonas. Tal imposição, além de restringir a competitividade, pode elevar os custos, prejudicando o erário e, por conseguinte, os próprios empregados da PRODAM.

Ademais, a exigência de apresentação de produtos apenas sem coparticipação representa uma barreira adicional à competitividade e à busca por soluções mais vantajosas economicamente. Produtos coparticipativos, conforme amplamente reconhecido no mercado, podem trazer benefícios significativos, como a redução de custos e a manutenção da sinistralidade, além de permitir reajustes menores, colaborando para a continuidade da prestação de serviços.

Assim, a imposição de tais exigências no edital não apenas limita a participação de potenciais licitantes, mas também contraria princípios basilares da Administração Pública, como a eficiência e a economicidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. A exigência de produtos sem

coparticipação, por exemplo, desconsidera a realidade econômica e social dos beneficiários, que poderiam se beneficiar de planos mais flexíveis e adaptáveis às suas necessidades.

É de se verificar que tais exigências, ao serem mantidas, podem resultar em um certame viciado, onde a competitividade é cerceada e o interesse público não é plenamente atendido. A manutenção dessas cláusulas restritivas potencializa o risco de sobrepreço e superfaturamento, além de limitar a participação de empresas que poderiam oferecer propostas mais vantajosas e adequadas às necessidades da PRODAM e seus empregados.

Por outro lado, a exigência de produtos nacionais, sem a devida justificativa técnica ou econômica, pode ser interpretada como uma forma de direcionamento do certame, favorecendo determinadas empresas em detrimento de outras, violando o princípio da impessoalidade, razão pela qual, a presente impugnação busca a correção dessas distorções, visando assegurar um processo licitatório justo, transparente e eficiente.

A impugnante, ao apresentar esta impugnação, não busca apenas resguardar seus interesses comerciais, mas também contribuir para a melhoria das práticas licitatórias no âmbito da Administração Pública, promovendo a competitividade e a escolha da proposta mais vantajosa para o interesse público. A presente ação visa, portanto, a anulação das exigências abusivas e a adequação do edital aos princípios constitucionais e legais que regem a matéria.

### **III) DO MÉRITO**

#### **III.I) Da violação aos princípios da competitividade e isonomia**

É de opinião unívoca que o princípio da competitividade é essencial para a realização de um processo licitatório justo e eficiente. A exigência de apresentação de produtos nacionais, sem a devida justificativa técnica, viola este princípio, restringindo a participação de

empresas que poderiam oferecer propostas mais vantajosas. Tal exigência contraria o artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece a necessidade de observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, vejamos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*(...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União reforça essa premissa, ao determinar que cláusulas restritivas à competitividade devem ser justificadas e comprovadas por meio de estudos técnicos que demonstrem a necessidade das especificações impostas. O Acórdão 10652024 destaca que a ausência de justificativa técnica pode resultar na nulidade do certame, em razão da violação aos princípios da isonomia e da competitividade.

*SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DE REPRESENTAÇÃO ACERCA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO COMANDO LOGÍSTICO DO EXÉRCITO,*

*EM CERTAME PARA AQUISIÇÃO DE MÓDULOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL. CLÁUSULAS RESTRITIVAS À COMPETITIVIDADE. INDÍCIOS DE SOBREPREÇO E DE SUPERFATURAMENTO. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS, OITIVAS E CITAÇÕES. DANO AO ERÁRIO NÃO COMPROVADO. ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. CONTAS REGULARES COM RESSALVA. INDÍCIOS CONVERGENTES DE FRAUDE À LICITAÇÃO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. (TCU - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE): <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/rest/publico/base/acordao-completo/10652024>, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 29/05/2024)*

### **III.II) Da exigência de produtos sem coparticipação**

A imposição de produtos sem coparticipação, conforme verificado no edital, além de injustificada, contraria o interesse público ao limitar a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Produtos coparticipativos, reconhecidos por sua capacidade de reduzir custos e manter a sinistralidade, são uma alternativa viável e benéfica, que foi desconsiderada pela PRODAM sem justificativa plausível.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Amazonas, em casos semelhantes, tem reconhecido a necessidade de revisão de editais que impõem restrições sem justificativa técnica ou econômica. No caso 0614557-59.2017.8.04.0001, a corte destacou que a manutenção de subitens editalícios desarrazoáveis representa uma restrição injustificada à competitividade e, por conseguinte, às opções e propostas a serem colocadas à escolha da administração.

*DIREITO ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SUBITENS DO EDITAL. DESARRAZOADOS. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA COMPETITIVIDADE E DA ISONOMIA. REMESSA DESPROVIDA. I – Da análise da Resolução n.º 016/2014 da ANVISA, os impetrados entenderam que a empresa vencedora deveria realizar*

*todas as etapas, incluindo o transporte dos insumos odontológicos. II - Todavia, assiste razão ao Impetrante quando o mesmo argumenta que poderia terceirizar o transporte para outra empresa, desde que esta apresentasse a respectiva Autorização de Funcionamento (AFE) para transporte. Essa é a melhor interpretação da Resolução acima transcrita, visto que o próprio Município de Manaus editou Pregão Eletrônico anterior de nº 060/2017 (fls. 398), com o mesmo objeto das licitações impugnadas nos autos (aquisição, pelo menor preço por item, de insumos odontológicos), no qual se incluiu a possibilidade dos licitantes indicarem uma empresa terceirizada, com certificação da ANVISA, para fazer o transporte das mercadorias (fls. 410). III - Ademais, primando pela isonomia, a própria Subcomissão de Licitação da Área de Saúde, em relatório de n.º PR 58/2014-SCLS/CML/PM (às fls. 803/817 dos autos), sugeriu a revogação do certame. IV - Dessa forma, considerando que o instrumento convocatório deve apresentar regras razoáveis, como forma de ampliar a participação dos interessados ao certame, há de se admitir que eventual manutenção desses subitens editalícios representaria desnecessária e injustificada restrição da competitividade e, por conseguinte, das opções e propostas a serem colocadas à escolha da administração. V – Remessa Necessária conhecida e não provida. (TJ-AM - Remessa Necessária Cível: 0614557-59.2017.8.04.0001 Manaus, Relator: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 21/11/2018, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 22/11/2018)*

### **II.III) Da ilegalidade da exigência de produtos nacionais**

Cumpre-nos assinalar que a exigência de produtos nacionais, sem a devida justificativa técnica, pode ser interpretada como uma forma de direcionamento do certame, favorecendo determinadas empresas em detrimento de outras. Tal prática contraria o princípio da legalidade, conforme disposto no artigo 5º da Constituição Federal, que garante a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, sem distinções de qualquer natureza, *in verbis*:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes*

*no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;*

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem reiteradamente reconhecido que exigências de produtos nacionais, sem justificativa técnica, podem configurar restrição indevida à competitividade. O Acórdão 12092024 destaca que a exigência de carta de credenciamento do fabricante, sem prejuízos à contratação, constitui uma restrição indevida à competitividade da licitação.

*REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. EXIGÊNCIA, COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO, DE APRESENTAÇÃO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DO FABRICANTE. EXIGÊNCIA IRREGULAR, COM POTENCIAL DE RESTRINGIR INDEVIDAMENTE A COMPETITIVIDADE DA LICITAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZOS À CONTRATAÇÃO, NO CASO CONCRETO. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. CIÊNCIA DA IRREGULARIDADE AO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (TCU 04126820121, Relator: AROLDO CEDRAZ, Data de Julgamento: 16/04/2013*

Desse modo, exigir a oferta de planos nacionais e apenas produtos sem coparticipação no presente certame, consiste em restringir a participação de empresas aptas a atender à PRODAM e seus potenciais beneficiários, infringindo não só os princípios da Lei de Licitações, como também o objetivo do pregão que é por meio da competitividade obter maior competitividade.

Nesse mesmo sentido, destacamos a opinião dos ilustres doutrinadores Teresa Arruda Alvim Wambier e Luiz Rodrigues Wambier, na obra 'LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – Temas atuais e



controvertidos, lembram que: “A própria Lei 8.666/93, no seu art. 3º, § 1º, veda que sejam estabelecidas, nos editais, cláusulas que comprometam o caráter competitivo da licitação”. Esclarecendo que “o interesse da Administração deve ser, sempre, o de que o maior número de concorrentes aptos ou potencialmente acudam ao certame”.

#### **IV– DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer:

- a) a retificação do Edital com a finalidade de suprimir as exigências de apresentação de planos nacionais e de planos sem coparticipação, por restringirem a competitividade e, por conseguinte, os princípios da isonomia e economicidade, que também resulta em afronta à legalidade; e
- b) a reabertura do prazo para apresentação das propostas de preços, já que os pontos em discussão têm relação direta com a elaboração da proposta de preços, de forma a assegurar a necessária isonomia entre os licitantes, e, por conseguinte a legalidade do certame.

Nestes termos,  
Espera deferimento.

Brasília/DF, 23 de abril de 2025.

**Maria Betânia de Freitas**  
Diretoria Jurídica e Estratégica

**Para resposta:** [betania@conectabeneficios.com](mailto:betania@conectabeneficios.com)/  
[elaine@conectabeneficios.com](mailto:elaine@conectabeneficios.com)

**Telefone/WhatsApp nº.: 61-99177-1797**